

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

# Notícias

**O Hoje**

Baldy não acompanha processo do TCE que pode tirá-lo da Agehab

.....

**Assembléia Legislativa de Goiás**

Bem-estar da população

.....

Casa de Leis promove, na semana que vem, evento com diversas palestras para discutir temas ligados à educação em Goiás

.....

**Jornal do Vale**

Bem-estar da população

.....

Casa de Leis promove, na semana que vem, evento com diversas palestras para discutir temas ligados à educação em Goiás

.....

# Baldy não acompanha processo do TCE que pode tirá-lo da Agehab

Presidente da Agência de Habitação de Goiás (Agehab), Alexandre Baldy (PP) não parece preocupado com o processo aberto pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que pode afastá-lo do ente estadual. Ao Jornal O HOJE, ele disse não ter ideia sobre o andamento do caso e não "esticou" a conversa.

Baldy dirige a estatal e, ao mesmo tempo, é dirigente da fábrica chinesa de automóveis no Brasil, BYD. Além disso, ele é presidente do Progressistas (PP), o que seria o entrave. Relatado pelo conselheiro Edson Ferrari, o processo - que é sigiloso - tem a ver com "auditoria de conformidade". Com isso, o TCE pode recomendar o afastamento do progressista.

Conforme o professor e advogado constitucionalista Clodoaldo Moreira, existe uma restrição legal prevista na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) que proíbe dirigentes de partidos políticos de ocuparem cargos de direção em empresas estatais. Esta proibição está no artigo 17 da lei e visa evitar interferência político-partidária na gestão das empresas públicas, explica.

"Alexandre Baldy ocupa simultaneamente dois cargos, presidente da Agehab (empresa estatal de Goiás) e presidente do PP (Partido Progressistas). Esta acumulação vai contra a Lei das Estatais." Em relação ao cargo na BYD, não há conflito legal por se tratar de em

presa privada. "A lei visa justamente evitar que interesses político-partidários interfiram na gestão técnica das empresas públicas."

O Jornal O HOJE também procurou a assessoria de comunicação de Baldy por uma posição oficial sobre o processo. Até o fechamento, não houve retorno.

Baldy

O andamento do processo está no Serviço de Fiscalização de Pessoal. O afastamento de Baldy da Agehab pode acontecer em decorrência do processo.

Baldy se tornou presidente da Agehab em março de 2023, por meio de uma articulação do PP de Goiás, que reivindicou o cargo. Líder da sigla no Estado e próximo do governador Ronaldo Caiado (União Brasil), ele foi o escolhido pelo Poder Executivo e chefia a agência desde então.

Já a BYD, ele foi nomeado vice-presidente em julho do ano passado, após um ano e meio como conselheiro especial da empresa. À época, ele disse que seria responsável "por conduzir a visão estratégica da empresa, fomentar iniciativas de inovação, impulsionar a marca em todas as suas unidades de negócios e fortalecer as parcerias com clientes".

Ele também foi elogiado pelo CEO da BYD no Brasil naquele momento. "Muito do que a BYD conquistou até aqui já tem a participação ativa de Alexandre Baldy. Tenho certeza de que sua nova posição vai ajudar a acelerar o nosso projeto de liderar a revolução rumo a uma mobilidade mais sustentável", declarou.

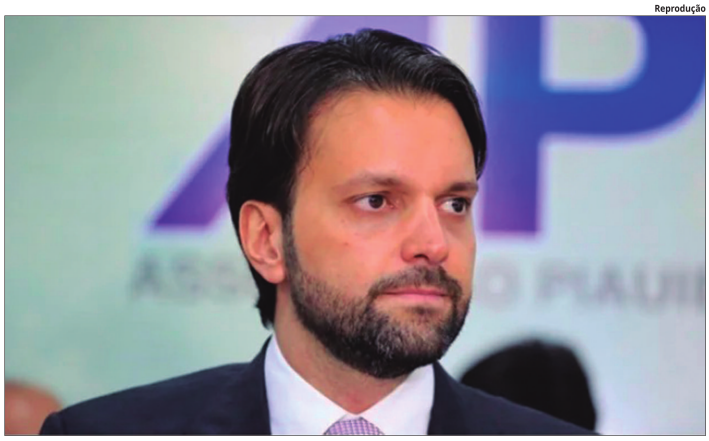
Nascido na capital goiana, Alexandre já foi Ministro das Cidades no governo de Michel Temer (MDB), entre 2017 e 2018. Além disso, comandou a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) do Estado de São Paulo, na gestão de João Dória. O político também foi secretário de Indústria e Comércio de Goiás, no governo de Marconi Perillo (PSDB) e já exerceu atividade parlamentar, tendo sido eleito deputado federal por Goiás em 2014 (Especial para O Hoje)

# Baldy não acompanha processo do TCE que pode tirá-lo da Agehab

## Presidente do PP disse apenas que não sabe como está a situação no Tribunal

**Francisco Costa**

Reprodução



*O andamento do processo está no Serviço de Fiscalização de Pessoal. O afastamento de Baldy da Agehab pode acontecer em decorrência do processo*

Presidente da Agência de Habitação de Goiás (Agehab), Alexandre Baldy (PP) não parece preocupado com o processo aberto pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que pode afastá-lo do ente estadual. Ao Jornal O HOJE, ele disse não ter ideia sobre o andamento do caso e não "esticou" a conversa.

Baldy dirige a estatal e, ao mesmo tempo, é dirigente da fábrica chinesa de automóveis no Brasil, BYD. Além disso, ele é presidente do Progressistas (PP), o que seria o entrave. Relatado pelo conselheiro Edson Ferrari, o processo - que é sigiloso - tem a ver com "auditoria de conformidade". Com isso, o TCE pode recomendar o afastamento do progressista.

Conforme o professor e advogado constitucionalista Clodoaldo Moreira, existe uma restrição legal prevista na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) que proíbe dirigentes de partidos políticos de ocuparem cargos de direção em empresas estatais. Esta proibição está no artigo 17 da lei e visa evitar interferência político-partidária na gestão das empresas públicas, explica.

"Alexandre Baldy ocupa simultaneamente dois cargos, presidente da Agehab (empresa estatal de Goiás) e presidente do PP (Partido Progressistas). Esta acumulação vai contra a Lei das Estatais." Em relação ao cargo na BYD, não há conflito legal por se tratar de empresa privada. "A lei visa justamente evitar que interesses político-partidários interfiram na gestão técnica das empresas públicas."

O Jornal O HOJE também procurou a assessoria de comunicação de Baldy por uma posição oficial sobre o processo. Até o fechamento, não houve retorno.

### Baldy

O andamento do processo está no Serviço de Fiscalização de Pessoal. O afastamento de Baldy da Agehab pode acontecer em decorrência do processo.

Baldy se tornou presidente da Agehab em março de 2023, por meio de uma articulação do PP de Goiás, que reivindicou o cargo. Líder da sigla no Estado e próximo do governador Ronaldo Caiado (União Brasil), ele foi o escolhido pelo Poder Executivo e chefia a agência desde então.

Já a BYD, ele foi nomeado vice-presidente em julho do ano passado, após um ano e meio como conselheiro especial da empresa. À época, ele disse que seria responsável "por conduzir a visão estratégica da empresa, fomentar iniciativas de inovação, impulsionar a marca em todas as suas unidades de negócios e fortalecer as parcerias com clientes".

Ele também foi elogiado pelo CEO da BYD no Brasil naquele momento. "Muito do que a BYD conquistou até aqui já tem a participação ativa de Alexandre Baldy. Tenho certeza de que sua nova posição vai ajudar a acelerar o nosso projeto de liderar a revolução rumo a uma mobilidade mais sustentável", declarou.

Nascido na capital goiana, Alexandre já foi Ministro das Cidades no governo de Michel Temer (MDB), entre 2017 e 2018. Além disso, comandou a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) do Estado de São Paulo, na gestão de João Dória. O político também foi secretário de Indústria e Comércio de Goiás, no governo de Marconi Perillo (PSDB) e já exerceu atividade parlamentar, tendo sido eleito deputado federal por Goiás em 2014 **(Especial para O Hoje)**

BRASÍLIA

# Políticos goianos já se articulam por cadeiras



*Em 2026, Goiás elegerá 17 deputados federais e dois senadores. No entanto, alguns dos cotados podem mudar de sigla para concorrer a um cargo no Congresso Nacional*

Com 2026 chegando aí, o cenário político de Goiás começa a se movimentar com vistas às eleições para a Câmara Federal e o Senado. A polarização entre esquerda e direita deve se manter, mas agora uma terceira via deve estar mais consolidada até lá - a direita moderada, que deve ser representada pelo governador de Goiás Ronaldo Caiado (União Brasil).

Um dos principais nomes é o presidente do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) em Goiás, delegado Waldir. Filiado ao União Brasil, o delegado tem reforçado seu alinhamento com o projeto de Caiado, indicando uma aproximação com uma direita mais moderada. Ao O Hoje, ele afirmou que qualquer definição sobre sua candidatura depende do governador, mas evitou detalhar planos futuros devido ao cargo que ocupa. Waldir, que já foi deputado federal pelo PSDB, se elegeu com 274.625 votos, tornando-se o mais votado da história do estado.

Nas eleições de 2010, ele concorreu pelo mesmo cargo, obtendo pouco mais de 40 mil votos e sendo eleito suplente, assumindo o mandato por quatro meses. Em outra eleição, Waldir superou até mesmo Daniel Vilela (MDB), por uma margem de quase 100 mil votos.

Outro nome é o da deputada federal Lêda Borges (PSDB), que também planeja uma mudança de partido. A tendência é que ela migre para o União Brasil, de Ronaldo Caiado, assim que a janela partidária for aberta. O motivo é que o PSDB deve priorizar outras pessoas, como o jornalista Matheus Ribeiro e a vereadora Aava Santiago. Na disputa de 2022, Lêda Borges foi eleita deputada federal pelo PSDB, com 51.346 votos. Dos eleitos, foi a última colocada.

O deputado federal Dr. Zacharias Calil (União Brasil) também manifestou suas intenções para 2026, mirando uma candidatura ao Senado Federal. Atualmente na Câmara dos Deputados, onde é opositor ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Calil destacou que sempre teve o objetivo de dar um salto político. Ele foi o 10º deputado mais votado de Goiás em 2022, com 87.917 votos. Nos bastidores, especula-se que a primeira-dama de Goiás, Gracinha Caiado, também disputará uma das duas vagas ao Senado pelo União Brasil.

Outra figura em especulação é o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto. Apesar de estar filiado ao União Brasil, há rumores de que ele poderia migrar para o Avante, partido liderado pelo vereador Thialu Guioti. Contudo, sua assessoria afirmou que não há tratativas concretas sobre mudança partidária neste momento. Bruno Peixoto foi o deputado estadual mais bem votado nas eleições de 2022 em Goiás. Ele recebeu 73.692 votos no pleito. Independente da sigla, sua eleição é quase que certa. Isso o deixará tranquilo para poder escolher o cargo que quer disputar - deputado estadual ou federal.

O secretário estadual de Infraestrutura, Pedro Sales, também surge como um possível candidato em 2026. Embora no momento esteja focado na execução de obras, fontes disseram ao O Hoje que ele pode disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Apesar de filiado ao União Brasil, a possibilidade de uma candidatura pelo MDB também é cogitada devido ao volume de lideranças no partido atual. Em 2026, os goianos vão às urnas eleger 17 deputados federais e dois senadores. **(Bruno Goulart, especial para O Hoje)**

## Bem-estar da população

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) fechou o ano de 2024 com a realização 11 reuniões ordinárias. Ao longo do período, foram avaliadas 131 proposituras. Destas, 55 foram validadas e encaminhadas à apreciação plenária. Um total de seis matérias já se encontram em vigor, após terem recebido a devida sanção governamental.

Segundo o relatório que contém a divulgação do balanço anual, os trabalhos do colegiado contemplaram, ainda, a realização de duas audiências públicas. A primeira tratou sobre o tema da puberdade precoce e a segunda, sobre o infarto agudo do miocárdio.

Uma visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) também foi feita. O encontro ocorreu em setembro e contou com a presença do presidente do órgão e de vários representantes da saúde pública em Goiás. Na ocasião, foi discutida a ausência de pagamento aos prestadores de serviço da área, cujo prejuízo estava avaliado em R$ 300 milhões.

Seu presidente, deputado Gustavo Sebba (PSDB), reafirmou o compromisso do colegiado com o aprimoramento das políticas públicas do setor e a garantia do bem-estar da população goiana. "Ao longo deste ano, consolidamos um diálogo constante e participativo, promovendo audiências públicas, visitas técnicas e debates que refletiram o desejo comum de melhorar o acesso à saúde e elevar a qualidade de vida em nosso estado", manifestou.

Veja, abaixo, a seleção das principais matérias avaliadas e convertidas em leis que já vigoram em Goiás.

Política para albinos

O processo nº 1293/23 foi convertido na Lei nº 22.617/24 . A matéria , de autoria do deputado Jamil Calife (PP), cria a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Albinismo. O deputado Ricardo Quirino (Republicanos) emitiu relatório favorável durante sua tramitação no colegiado.

As diretrizes da política abrangem uma variedade de medidas cruciais, desde o acesso facilitado a exames oftalmológicos e dermatológicos periódicos até o fornecimento de equipamentos de proteção solar e ocular, especialmente para os economicamente mais carentes. Além disso, busca promover programas de prevenção de acidentes, conscientização sobre o albinismo e combate ao estigma social, que são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades e inclusão desses indivíduos na sociedade.

Retinopatia diabética

A Lei nº 22.894/24 cria a  Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento da Retinopatia Diabética. O quadro envolve um processo de lesão na retina causada pela diabetes, que, se não tratada a tempo, pode causar cegueira.

A medida foi originada do processo nº 6434/23 , de autoria do deputado Dr. George Morais (PDT). Alguns dos objetivos da política são promover exames oftalmológicos regulares em pacientes diabéticos, com ênfase em grupos de risco; garantir acesso a tratamentos e intervenções médicas, como a fotocoagulação a laser e injeções intravítreas; e criar um sistema de registro e monitoramento de casos.

Novembrinho Azul

A Lei Estadual nº 23.143/24 , originada do projeto de lei nº 7604/23 , de autoria dos deputados José Machado (PSDB) e Henrique César (Podemos), visa a promover iniciativas que estimulem a saúde masculina, em especial a prevenção precoce do câncer de próstata. Por meio da campanha Novembrinho Azul Goiano , meninos de até 15 anos serão beneficiados com acompanhamento especializado e ações de conscientização sobre os fatores de risco de doenças na vida adulta.

A campanha envolve a distribuição de material informativo contendo orientações sobre a importância de investigação de quadros de dor testicular e do aumento de volume escrotal, além da vacinação contra o papilomavírus humano (Human papillomavirus - HPV).

Assistência a gestantes

A Lei nº 23.199/24 garante assistência psicológica e atendimento prioritário à gestante cujo feto, durante exames realizados na fase pré-natal, for diagnosticado com alguma malformação. Ela foi sancionada após a validação plenária do projeto nº 4588/24 , do deputado Paulo Cezar Martins (PL).

Já a Lei nº 23.196/25 estabelece uma lista de direitos assistenciais, nos estabelecimentos de saúde de Goiás, às mulheres que sofram perda gestacional e neonatal. Ela foi originada do projeto de lei nº 4424/24 ,  do deputado Wilde Cambão (PSD)

Quando de suas análises no colegiado, as matérias receberam os relatórios favoráveis da deputada Rosângela Rezende (Agir) e do deputado Dr. George Morais (PDT), respectivamente.

Saúde Sexual e Reprodutiva

A Lei nº 23.119/24 institui o Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres em Situação de Rua. A legislação foi idealizada no projeto de lei nº 6626/23 , do deputado Wilde Cambão (PSD).

A medida traz garantias como dignidade menstrual (fornecimento de absorventes higiênicos e demais produtos de higiene pessoal necessários nesse período); facilitação a consultas ginecológicas; realização do exame Papanicolau, do preventivo de mamografia, e vacinação contra o HPV. Agência Assembleia de Notícias Compartilhar

# Casa de Leis promove, na semana que vem, evento com diversas palestras para discutir temas ligados à educação em Goiás

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) promove, na quinta-feira, 30, o evento "Gestão e Financiamento da Educação em Goiás: Soluções para 2025-2028". As atividades terão lugar no Auditório Carlos Vieira, das 9 às 17h30, com diversas palestras que têm como objetivo contribuir com as discussões e soluções que impactarão diretamente na educação em Goiás.

O evento conta com o apoio do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO); da União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (Uncme-GO); do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO); da Associação Goiana de Municípios (AGM-GO); da Federação Goiana de Municípios (FGM-GO); do Instituto Articule; da editora Inteligência Educacional, Idea Gestão e Soluções Educacionais e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Os interessados em participar do encontro podem fazer as inscrições por meio deste link .

A programação:

9h30 às 10h - Café da manhã e credenciamento

10h às 10h20 - Abertura com a presença do presidente da Casa de Leis, Bruno Peixoto (UB), e representantes do Gaepe, do TCM, da AGM, da FGM e da Uncme

10h20 às 10h40 - Palestra: "Financiamento da educação básica pública" - Leomir Araújo

10h45 às 11h30 - Palestra: "Educar para preservar: a Lei n° 14.926/2024 e os caminhos da Educação Climática" - Millena Araújo

11h35 às 12h10 - Palestra: "Criação e fortalecimento dos sistemas municipais de ensino" - Prof. Rodrigo Vieira Luz

12h10 às 14h - Intervalo para almoço

14h às 14h40 - Palestra: "Educação 2025/2028 - Ajudando os municípios de Goiás a vencer os desafios e incrementar receitas de financiamento" - Prof. Manoel Barbosa

14h45 às 15h15 - Palestra: "A contribuição do Gaepe-Go para enfrentar desafios das gestões municipais na Educação" - Dra. Alessandra Gotti

15h20 às 16h - Palestra: "Implementação da Lei n° 10.639/2003: A educação étnico-racial como instrumento para redução das desigualdades educacionais" - Prof. Edergênio Negreiros

16h05 às 16h40 - Palestra: "Tribunais de contas e a efetividade das políticas públicas educacionais" - Dr. Fabrício Macedo Motta

16h45 às 18h - Confraternização e encerramento. Agência Assembleia de Notícias Compartilhar

# Bem-estar da população

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) fechou o ano de 2024 com a realização 11 reuniões ordinárias. Ao longo do período, foram avaliadas 131 proposituras. Destas, 55 foram validadas e encaminhadas à apreciação plenária. Um total de seis matérias já se encontram em vigor, após terem recebido a devida sanção governamental.

Segundo o relatório que contém a divulgação do balanço anual, os trabalhos do colegiado contemplaram, ainda, a realização de duas audiências públicas. A primeira tratou sobre o tema da puberdade precoce e a segunda, sobre o infarto agudo do miocárdio.

Uma visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) também foi feita. O encontro ocorreu em setembro e contou com a presença do presidente do órgão e de vários representantes da saúde pública em Goiás. Na ocasião, foi discutida a ausência de pagamento aos prestadores de serviço da área, cujo prejuízo estava avaliado em R$ 300 milhões.

Seu presidente, deputado Gustavo Sebba (PSDB), reafirmou o compromisso do colegiado com o aprimoramento das políticas públicas do setor e a garantia do bem-estar da população goiana. "Ao longo deste ano, consolidamos um diálogo constante e participativo, promovendo audiências públicas, visitas técnicas e debates que refletiram o desejo comum de melhorar o acesso à saúde e elevar a qualidade de vida em nosso estado", manifestou.

Veja, abaixo, a seleção das principais matérias avaliadas e convertidas em leis que já vigoram em Goiás.

Política para albinos

O processo nº 1293/23 foi convertido na Lei nº 22.617/24. A matéria, de autoria do deputado Jamil Calife (PP), cria a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Albinismo. O deputado Ricardo Quirino (Republicanos) emitiu relatório favorável durante sua tramitação no colegiado.

As diretrizes da política abrangem uma variedade de medidas cruciais, desde o acesso facilitado a exames oftalmológicos e dermatológicos periódicos até o fornecimento de equipamentos de proteção solar e ocular, especialmente para os economicamente mais carentes. Além disso, busca promover programas de prevenção de acidentes, conscientização sobre o albinismo e combate ao estigma social, que são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades e inclusão desses indivíduos na sociedade.

Retinopatia diabética

A Lei nº 22.894/24 cria a Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento da Retinopatia Diabética. O quadro envolve um processo de lesão na retina causada pela diabetes, que, se não tratada a tempo, pode causar cegueira.

A medida foi originada do processo nº 6434/23, de autoria do deputado Dr. George Morais (PDT). Alguns dos objetivos da política são promover exames oftalmológicos regulares em pacientes diabéticos, com ênfase em grupos de risco; garantir acesso a tratamentos e intervenções médicas, como a fotocoagulação a laser e injeções intravítreas; e criar um sistema de registro e monitoramento de casos.

Novembrinho Azul

A Lei Estadual nº 23.143/24, originada do projeto de lei nº 7604/23, de autoria dos deputados José Machado (PSDB) e Henrique César (Podemos), visa a promover iniciativas que estimulem a saúde masculina, em especial a prevenção precoce do câncer de próstata. Por meio da campanha Novembrinho Azul Goiano, meninos de até 15 anos serão beneficiados com acompanhamento especializado e ações de conscientização sobre os fatores de risco de doenças na vida adulta.

A campanha envolve a distribuição de material informativo contendo orientações sobre a importância de investigação de quadros de dor testicular e do aumento de volume escrotal, além da vacinação contra o papilomavírus humano (Human papillomavirus - HPV).

Assistência a gestantes

A Lei nº 23.199/24 garante assistência psicológica e atendimento prioritário à gestante cujo feto, durante exames realizados na fase pré-natal, for diagnosticado com alguma malformação. Ela foi sancionada após a validação plenária do projeto nº 4588/24, do deputado Paulo Cezar Martins (PL).

Já a Lei nº 23.196/25 estabelece uma lista de direitos assistenciais, nos estabelecimentos de saúde de Goiás, às mulheres que sofram perda gestacional e neonatal. Ela foi originada do projeto de lei nº 4424/24, do deputado Wilde Cambão (PSD)

Quando de suas análises no colegiado, as matérias receberam os relatórios favoráveis da deputada Rosângela Rezende (Agir) e do deputado Dr. George Morais (PDT), respectivamente.

Saúde Sexual e Reprodutiva

A Lei nº 23.119/24 institui o Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres em Situação de Rua. A legislação foi idealizada no projeto de lei nº 6626/23, do deputado Wilde Cambão (PSD).

A medida traz garantias como dignidade menstrual (fornecimento de absorventes higiênicos e demais produtos de higiene pessoal necessários nesse período); facilitação a consultas ginecológicas; realização do exame Papanicolau, do preventivo de mamografia, e vacinação contra o HPV.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

O post Bem-estar da população apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.

# Casa de Leis promove, na semana que vem, evento com diversas palestras para discutir temas ligados à educação em Goiás

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) promove, na quinta-feira, 30, o evento "Gestão e Financiamento da Educação em Goiás: Soluções para 2025-2028". As atividades terão lugar no Auditório Carlos Vieira, das 9 às 17h30, com diversas palestras que têm como objetivo contribuir com as discussões e soluções que impactarão diretamente na educação em Goiás.

O evento conta com o apoio do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO); da União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (Uncme-GO); do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO); da Associação Goiana de Municípios (AGM-GO); da Federação Goiana de Municípios (FGM-GO); do Instituto Articule; da editora Inteligência Educacional, Idea Gestão e Soluções Educacionais e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Os interessados em participar do encontro podem fazer as inscrições por meio deste link.

A programação:

9h30 às 10h - Café da manhã e credenciamento

10h às 10h20 - Abertura com a presença do presidente da Casa de Leis, Bruno Peixoto (UB), e representantes do Gaepe, do TCM, da AGM, da FGM e da Uncme

10h20 às 10h40 - Palestra: "Financiamento da educação básica pública" - Leomir Araújo

10h45 às 11h30 - Palestra: "Educar para preservar: a Lei n° 14.926/2024 e os caminhos da Educação Climática" - Millena Araújo

11h35 às 12h10 - Palestra: "Criação e fortalecimento dos sistemas municipais de ensino" - Prof. Rodrigo Vieira Luz

12h10 às 14h - Intervalo para almoço

14h às 14h40 - Palestra: "Educação 2025/2028 - Ajudando os municípios de Goiás a vencer os desafios e incrementar receitas de financiamento" - Prof. Manoel Barbosa

14h45 às 15h15 - Palestra: "A contribuição do Gaepe-Go para enfrentar desafios das gestões municipais na Educação" - Dra. Alessandra Gotti

15h20 às 16h - Palestra: "Implementação da Lei n° 10.639/2003: A educação étnico-racial como instrumento para redução das desigualdades educacionais" - Prof. Edergênio Negreiros

16h05 às 16h40 - Palestra: "Tribunais de contas e a efetividade das políticas públicas educacionais" - Dr. Fabrício Macedo Motta

16h45 às 18h - Confraternização e encerramento.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

O post Casa de Leis promove, na semana que vem, evento com diversas palestras para discutir temas ligados à educação em Goiás apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.